MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, SC
Endereço: Rua Ângelo Toazza, 600, Centro - Santiago do Sul - Santa Catarina
CEP: 89.854-000
Telefone: (49) 3345-3000

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025.

BALANÇO CONSOLIDADO.

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Natureza Jurídica da Entidade;
1.2 Domicílio da Entidade;
1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade;
1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas;
2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas;
2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

3.1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1. Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado;
2. Período a que se refere o orçamento;
3. Entidades abrangidas;
4. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante;
5. Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);
6. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;
7. Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;
8. Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;
9. Detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada;
10. Conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

11. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas;
12. Retenções tributárias;
13. Restos a pagar processados e não processados.

3.3 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

14. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
15. Imobilizado;
16. Intangível;
17. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
18. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens;
19. Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas;
20. Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

3.4 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

21. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções;
22. Baixas de itens do ativo imobilizado;
23. Baixas de investimento;
24. Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação;
25. Unidades operacionais descontinuadas;
26. Constituição ou reversão de provisões;

3.5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

27. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
28. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento
29. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento

3.6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30 Resultados Acumulados;
31 Efeitos das alterações nas políticas contábeis ou correção de erros.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas;
4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro;
4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Secretário de Saúde:
Prefeito (a) 2025: Alacir Durante
Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina
Aniversário: 16/04
População: 1651 (IBGE/2022)
Eleitores em 2020: 1814 (TSE/2024)
PIB: 62.417.194,19 (IBGE/2024)

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Santiago do Sul/SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 01.612.781/0001-38, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo. O município foi emancipado em 16 de abril de 1994 pela Lei Nº. 9.535, e em 1º de janeiro de 1997 tem início a Primeira Administração Pública Municipal.

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio no endereço Rua Ângelo Toazza, 600 - Centro - Município de Santiago do Sul, CEP: 89.854-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

CNAE 84.11-6-00 - A principal atividade econômica é Administração Pública em Geral.
Natureza Jurídica: 124-4 – Município.
Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:

- Secretaria Municipal de Administração e Finanças
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

DECLARAÇÃO PLENA

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

- Não há Restrições de ordem Contábeis do exercício de 2025, considerando o GRAU DE RELEVÂNCIA e a MATERIALIDADE dos valores envolvidos;
- As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas buscando atender a legislação vigente;
- Todos os registros foram realizados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas

ATIVO
Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades
As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo
Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques
O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção.

Imobilizado
O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O Município possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Reconhecimento dos ativos
Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração
Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, O Município adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição.

Depreciação
O Município adota o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)
O Município adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível
O Município não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

DEFINIÇÕES GERAIS

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Município é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único. O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extra orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social. O Município atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade Prefeitura fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Município. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens da Entidade Prefeitura.

c) as despesas pagas antecipadamente como seguros e assinaturas, são reconhecidas por competência e apropriadas mês a mês, 1/12 avos, até o termino do prazo do direito.

d) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa e créditos a receber, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos em relação a inscrição, o que demonstrará o comportamento da dívida ativa.

e) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. A análise é realizada pelo setor jurídico da Prefeitura.

f) Reconhecido e mantido o controle de estoque, na conta de almoxarifado da entidade. O estoque é mensurado e registrado pelo valor de entrada.
g) As despesas por regime de adiantamento, são reconhecidas a conta de suprimento de fundos, com base me lei municipal, registro da responsabilidade no ativo e em contas de controle.
h) O reconhecimento de despesa com férias e encargos, por competência, é realizado, para correta demonstração dos passivos, com base no valor atualizado dos compromissos.
i) Os contratos de rateio de consórcios públicos, são reconhecidos a conta do passivo patrimonial e a contas de controle, com registro de prestação de contas.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Município. São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal. A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município.

3.1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A NBC TSP 13, trata da apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. A Lei nº 4.320/1964, prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe, que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, apresenta-se a seguir, as Notas Explicativas do Balanço Orçamentário, compatibilizando as disposições do MCASP, da Lei nº 4.320/64, NBC TSP 11, NBC TSP 13 e a legislação aplicável.

1. Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado

Para a contabilização da execução do Orçamento, são utilizados os regimes de caixa para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei nº 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis.

2. Período a que se refere o orçamento

Trata-se do Balanço Orçamentário do exercício de 2025.

3. Entidades abrangidas

Município de Santiago do Sul – Balanço Consolidado

4. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias.

5. Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)

Despesas	Fixação	Atualizada	Empenhada
Créditos Orçamentários e Suplementares	24.953.617,00	7.379.045,91	27.818.876,67
Créditos Especiais		1.361.529,86	1.151.748,66
Créditos Extraordinários			
Total	24.953.617,00	8.740.575,77	28.970.625,33

6. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência, nos termos da CF/88. Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação. Tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais estão detalhados no campo Saldo de Exercícios Anteriores, do Balanço Orçamentário.

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária. O Município pode ter como resultado orçamentário do exercício o déficit, desde que totalmente coberto pelo superávit do exercício anterior.

Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário			
Dotação Inicial	**Créditos abertos Superávit**	**Reabertura de créditos especiais e extraordinários**	**%**
24.953.617,00	4.779.667,10	0,00	19,15

7. Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária

Não foram realizadas atualizações da previsão da receita durante o exercício de 2025.

8. Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente

Conforme previsto no MCASP, os Restos a Pagar Não Processados Liquidados, nos procedimentos de encerramento do exercício, devem ser transferidos para a conta de Restos a Pagar Processados. O TCE/SC, possui eventos contábeis específicos que padronizam os lançamentos contábeis para a "transferência da conta restos a pagar não processados liquidados a pagar para a conta restos a pagar processados a pagar" e para "transferência de RP não processados inscritos para restos de exercícios anteriores".

9. Detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.

Prefeitura:

2.500.0000.5000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - LIVRE - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.187.110,00
2.500.1001.5001 - RECURSOS ORDINÁRIOS - EDUCAÇÃO - EXERCÍCIOS ANTERIORES	153.600,00
2.502.0000.0502 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTO	49.274,03
2.540.1070.5018 - TRANSFERÊNCIA FUNDEB - EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.476,72
2.550.0000.5036 - SALÁRIO EDUCAÇÃO - EXERCÍCIOS ANTERIORES	144.371,01
2.552.0000.0552 - TRANSFERÊNCIAS DO FNDE - PNAE - EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.150,06
2.553.7000.0553 - TRANSFERÊNCIAS DO FNDE - PNATE -EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.108,22
2.569.0000.0569 - OUTRAS TRANSF. DO FUNDO NAC. DE DESENV. DA EDUCAÇÃO - FNDE - SUPERAVIT	47.518,04
2.660.0000.0660 - TRANSFERÊNCIAS FNAS	150.000,00
2.660.7000.0660 - TRASNFERÊNCIAS FNAS - IGD-PAB - EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.400,00

2.661.0000.0661 - TRANSFERÊNCIA DO FEAS	185.000,00
2.665.7000.0665 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.320,50
2.700.0000.0700 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.260,00
2.700.0000.3110 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS	92.043,02
2.701.0000.0701 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES - ESTADO /OUTROS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.956,50
2.704.0000.0704 - TRANSFERÊNCIAS UNIÃO - COMP. FINAC. EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - FEP - EXERCÍCIOS ANTERIORES	211.510,52
2.706.3110.0706 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.312,06
2.708.0000.0708 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS	63,14
2.710.3210.0000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS	250.000,00
2.710.7000.0710 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	200.100,00
2.711.0000.0711 - DEMAIS TRANSF. OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS - SUPERAVIT	25.558,56
2.718.0000.5056 - AUXILIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - EC 123/2022 - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.604,60
2.750.0000.0750 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE - EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.584,12
2.751.0000.0751 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP - EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.840,18
2.752.7004.0010 - RECURSOS TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR - SUPERAVIT	10.007,00
2.752.7006.0752 - RECURSOS TRÂNSITO	17.000,00
2.755.0000.5089 - ALIENAÇÃO DE BENS - OUTROS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	77.757,38
2.759.0000.0759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS - FIA	1.000,00
2.899.0000.5080 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.267,87

Saúde:

2.500.1002.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS - SAÚDE - SUPERAVÍT EXERCÍCIOS ANTERIORES	222.500,00
2.500.1002.5002 - RECURSOS ORDINÁRIOS - SAÚDE - SUPERAVÍT EXERCÍCIOS ANTERIORES	742.600,00
2.621.0000.0621 - TRANSFERÊNCIAS SUS/ESTADO	486.000,00
2.706.3110.0706 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO - EXERCÍCIOS ANTERIORES	404.000,00
2.899.0000.5080 - OUTROS RECURSOS VINCULADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.373,57

3.2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

O objetivo principal do Balanço Financeiro é evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício. Isso não deve ser confundido com a apuração do Superávit ou Déficit Financeiro, visto que, tal informação é evidenciada pelo Balanço Patrimonial. Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro. Sempre que a utilização de um procedimento afetar o resultado financeiro apurado neste demonstrativo, tal procedimento estará evidenciado em notas explicativas.

11. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor	Finalidade
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	3.702.248,34	Manutenção de todas as atividades da Entidade
Prefeitura	Câmara Municipal de Vereadores	1.025.000,00	Manutenção de todas as atividades da Entidade
Câmara Municipal de Vereadores	Prefeitura	87.817,99	Devolução de Duodécimo

12. Retenções tributárias

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

13. Restos a pagar processados e não processados

O município iniciou o exercício de 2025 com valores de restos a pagar não processados no montante de R$ 2.346.131,55, sendo que em 2025 o valor de R$ 2.227.215,90, foi liquidado e pago, R$ 82.355,98, cancelado.

Em 01/01/2025 iniciou com valores de restos a pagar processados R$ 88.829,86, sendo pagos R$ 88.233,48 e R$ 596,38 cancelados.

3.3 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A estrutura do BP deve atender ao disposto na Lei nº 4.320/64 e, aos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas em função da dimensão, da natureza e função dos valores envolvidos nos ativos e passivos, as quais apresenta-se a seguir:

14. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Créditos a Curto Prazo

Máscara	Descrição	Saldo atual
1.1.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	42.789,89
1.1.2.1	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	1.228,42
1.1.2.1.1	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	1.228,42
1.1.2.1.1.00.00.01	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	1.228,42
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000001	IPTU - Imposto s/ Propriedade Predial e Territ Urbana	0

1.1.2.1.1.00.00.01.00.000002	ITBI	0
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000003	Taxas Pelo exercício do poder de polícia	0
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000004	Taxas Fiscalização Vig Sanitária Alvará	0
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000005	Taxas Pela Prestação de Serviços	0
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000006	ISS	1.228,42
1.1.2.1.1.00.00.01.00.000007	COSIP	0
1.1.2.2	CLIENTES	34.346,12
1.1.2.2.1	CLIENTES - CONSOLIDAÇÃO	34.346,12
1.1.2.2.1.01	FATURAS/DUPLICATAS A RECEBER	34.346,12
1.1.2.4	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	7.269,70
1.1.2.4.1	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	7.269,70
1.1.2.4.1.01	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	7.269,70
1.1.2.4.1.01.01	DEVEDORES POR EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	7.269,70
1.1.2.4.1.01.01.00.01	Devedores Programa Habitacional	7.269,70
1.1.2.4.1.01.01.00.01.000001	Mutuários - Habitacional	7.269,70
1.1.2.4.2	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS-INTRA OFSS	0
1.1.2.4.2.01	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0
1.1.2.4.2.01.01	DEVEDORES POR EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0
1.1.2.9	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-54,35
1.1.2.9.1	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-54,35
1.1.2.9.1.01	(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	-54,35

Os créditos tributários (receita lançada) a receber registraram valores durante o exercício de 2025, relativos a tributos dos quais o fato gerador já ocorreu, e tem fundamento legal em lei municipal.

O Município possui créditos de empréstimos concedidos com origem em programa habitacional de cunho social, com base em lei municipal e contratos com os mutuários.

Os créditos a receber em geral, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização e dessa forma, são inscritos em dívida ativa. A escolha da metodologia teve o objetivo de melhor retratar a expectativa de recebimento dos créditos a receber, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança. A mensuração do valor do ajuste para perdas, foi baseada em estudos, qualificando os créditos, e buscando não superestimar e nem subavaliar o patrimônio real do Município.

O cálculo do Ajuste de perdas dos créditos a receber, foi realizado tomando por base, o comportamento dos créditos tributários e não tributários, nos últimos 3 exercícios, e da receita destes, com análise dos relatórios do setor de tributos.

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Tributária)					
CONTAS	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**MÉDIA**

RECEITAS DE D.A		16.363,40	42.770,25	33.460,97	**23.148,66**
ESTOQUE D.A.	164.038,23	162.901,50	183.537,21	163.939,43	**168.604,09**
Ajuste para Perda %					**86,27%**

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Não Tributária)					
CONTAS	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**MÉDIA**
RECEITAS DE D.A		44.216,18	33.348,79	61.574,36	**34.784,83**
ESTOQUE D.A	223.364,04	163.013,65	336.023,47	359.495,32	**270.474,12**
Ajuste para Perda %					**87,14%**

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Créditos Tributários)					
CONTAS	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**MÉDIA**
RECEITAS DOS CREDITOS		1.123.711,06	1.429.686,18	1.808.294,12	**1.090.422,84**
VARIAÇÃO DA DIVIDA ATIVA	164.038,23	- 1.136,73	20.635,71	19.597,78	**50.783,75**
			Ajuste para Perda %		**4,45%**

Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Créditos não Tributários)					
CONTAS	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**MÉDIA**
RECEITAS CREDITOS		731.889,34	1.035.830,28	757.923,46	**631.410,77**
VARIAÇÃO DA DIVIDA ATIVA	223.364,04	- 60.350,39	- 173.009,82	- 23.471,85	**- 8.367,01**

Saldos	**2025**	**Perda %**	**Ajuste de Perda 2025**
Dívida Ativa Tributária	163.939,43	86,27%	141.431,21
Dívida Ativa Não Tributária	359.495,32	87,14%	313.261,75
Créditos Tributários	1.221,26	4,45%	54,34612817
Créditos Não Tributários	24.991,69	-1,34%	- 335,62

Créditos a Longo Prazo

1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.143.919,82
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	103.232,48
1.2.1.1	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	103.232,48
1.2.1.1.1	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	103.232,48
1.2.1.1.1.03	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	34.490,70
1.2.1.1.1.03.01	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	34.490,70
1.2.1.1.1.03.01.00.01	Devedores Programa Habitacional	34.490,70

1.2.1.1.1.03.01.00.01.000010	Mutuários - Prog.Habitacional	34.490,70
1.2.1.1.1.04	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	163.939,43
1.2.1.1.1.05	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	359.495,32
1.2.1.1.1.99	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-454.692,97
1.2.1.1.1.99.04	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-141.431,22
1.2.1.1.1.99.05	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	-313.261,75

A Prefeitura possui créditos de empréstimos concedidos com origem em programa habitacional de cunho social registrados a longo prazo também.

O Município mantém a dívida ativa registrada apenas em longo prazo. Os créditos da dívida ativa são controlados pelo setor tributário do Município. As execuções fiscais são controladas pelo setor jurídico do Município.

Os créditos inscritos em dívida ativa em geral, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. A escolha da metodologia teve o objetivo de melhor retratar a expectativa de recebimento dos créditos inscritos, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança. A mensuração do valor do ajuste para perdas, foi baseada em estudos, qualificando os créditos inscritos, e buscando não superestimar e nem subavaliar o patrimônio real do Município.

O cálculo do Ajuste perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, o comportamento da dívida ativa tributária e não tributária, nos últimos 3 exercícios, e da receita da dívida ativa, com análise dos relatórios, conforme observado a seguir:

15. Imobilizado

O ativo imobilizado, atende aos tratamentos contábeis das entidades do setor público, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam analisar informações consistentes acerca deste item do ativo não circulante. A norma utilizada para contabilização do ativo imobilizado é a (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é inicialmente mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os registros são realizados em sistema informatizado do patrimônio, com cadastramento dos itens adquiridos, tomando por base, as informações dos documentos fiscais, empenhos, contratos e outros. Para cada item, é fixado uma etiqueta de patrimônio, para controle de ordem sequencial da quantidade.

Após a mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, a Prefeitura, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O ativo imobilizado é reconhecido e mantem vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação. As contas patrimoniais mantêm coerência com as contas contábeis conforme PCASP.

A seguir, apresenta-se a tabela de depreciação adotada pelo Município:

MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESI-DUAL
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas		
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	10
1.2.3.1.1.01.03	Apar., equip. Utens. Médicos, odontológicos, laboratoriais e	10	10
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10	10
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	20	10
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	20	10
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10
1.2.3.1.1.01.10	Equipamentos de montaria	20	15
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	15	10
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	10	10
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	10	10
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	10	10
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	10	10
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	20	10
1.2.3.1.1.01.99	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10	10
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática		
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	10
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de tecnologia da informação	5	10
1.2.3.1.1.02.03	Sistemas aplicativos - softwares	5	10
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios		
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10	10
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em geral	10	10
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em geral	10	10
1.2.3.1.1.04.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação		
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, flâmulas e insígnias	5	10
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	5
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e filmotecas	5	10
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	50	5
1.2.3.1.1.04.99	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	15	10
1.2.3.1.1.05.00	Veículos		
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em geral	15	10

Apresenta-se a seguir, as contas e valores, que compõe o patrimônio imobilizado e a saldo da depreciação acumulada:

Máscara	Descrição	Saldo atual
1.2.3	IMOBILIZADO	31.965.069,53
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	17.415.757,68
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	17.415.757,68
1.2.3.1.1.01	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.535.987,27
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	11.660,67
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	57.887,16
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	121.685,54
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	184.664,50
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	5.713,90
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	326.561,87
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	47.223,42
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	3.159,98
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	22.843,20
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	43.081,97
1.2.3.1.1.01.19	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	2.481.288,99
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	3.016.759,00
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	83.698,74
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.129.758,33
1.2.3.1.1.01.99.01	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.129.758,33
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMÁTICA	522.925,87
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	499.098,87
1.2.3.1.1.02.01.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	499.098,87
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	23.827,00
1.2.3.1.1.03	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	940.677,52
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	356.614,11
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	27.417,48
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	556.645,93
1.2.3.1.1.04	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	215.344,08
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10.065,30
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	1.323,71
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	1.141,00
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	196.005,42
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	6.808,65
1.2.3.1.1.05	VEÍCULOS	8.105.353,72
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	2.319.948,52
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	5.785.405,20
1.2.3.1.1.06	PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	5.957,87
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MÓVEIS	89.511,35
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS	89.511,35
1.2.3.1.1.99.99.01	OUTROS BENS MÓVEIS	67.045,68
1.2.3.1.1.99.99.02	OUTROS BENS MÓVEIS	22.465,67
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	19.060.816,40

1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	19.060.816,40
1.2.3.2.1.01	BENS DE USO ESPECIAL	10.406.772,84
1.2.3.2.1.01.01	IMÓVEIS RESIDENCIAIS	0
1.2.3.2.1.01.03	EDIFÍCIOS	9.065.429,45
1.2.3.2.1.01.03.01	EDIFÍCIOS	9.065.429,45
1.2.3.2.1.01.04	TERRENOS/GLEBAS	1.341.343,39
1.2.3.2.1.01.04.03	TERRENOS/GLEBAS	1.341.343,39
1.2.3.2.1.04	BENS DOMINICAIS	938.598,71
1.2.3.2.1.04.04	CASAS	909.587,85
1.2.3.2.1.04.99	OUTROS BENS DOMINICAIS	29.010,86
1.2.3.2.1.05	BENS DE USO COMUM DO POVO	6.607.161,31
1.2.3.2.1.05.01	RUAS	5.023.497,64
1.2.3.2.1.05.02	PRAÇAS	636.636,82
1.2.3.2.1.05.04	PONTES	599.557,55
1.2.3.2.1.05.06	SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	347.469,30
1.2.3.2.1.06	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	919.383,54
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	919.383,54
1.2.3.2.1.06.01.01	OBRAS EM ANDAMENTO	919.383,54
1.2.3.2.1.07	INSTALAÇÕES	188.900,00
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-4.511.504,55
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-4.511.504,55
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-4.198.435,75
1.2.3.8.1.01.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	-2.093.529,70
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	-239.190,52
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-242.682,54
1.2.3.8.1.01.04	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	-71.616,26
1.2.3.8.1.01.05	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	-1.520.385,37
1.2.3.8.1.01.06	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	-2.920,00
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	-28.111,36
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	-313.068,80
1.2.3.8.1.02.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	-95.786,24
1.2.3.8.1.02.02	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DOMINICAIS	-70.328,68
1.2.3.8.1.02.03	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO COMUM DO POVO	-146.953,88

16. Intangível

O Município não possui intangíveis em 31 de dezembro de 2025.

17. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, do Município, somou R$ 1.307.382,61 no final do exercício de 2025, referente a férias reconhecidas por competência e encargos sociais. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio do Município.

Durante o exercício, é realizado também o controle e apropriação por competência, das despesas com 13º salários e seus encargos previdenciários, sendo essas obrigações, quitadas ao final do exercício.

O Município possui Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo no montante de R$ 82.923,45.

18. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens

A Entidade Prefeitura possui provisões em 31 de dezembro de 2025, referente processos judiciais no valor de R$ 253.316,00

19. Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas

2.3	PATRIMÔNIO LIQUIDO	-41.275.737,72
2.3.1	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-30.531,59
2.3.1.1	PATRIMÔNIO SOCIAL	-30.531,59
2.3.1.1.1	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	-30.531,59
2.3.6	DEMAIS RESERVAS	-91,02
2.3.6.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-91,02
2.3.6.1.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-91,02
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-41.245.115,11
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-41.245.115,11
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	102.436.518,43
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	16.332.787,64
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	86.103.730,79
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	28.406,75
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	0
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.406,75
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-102.315.466,45
2.3.7.1.3.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-19.051.849,83
2.3.7.1.3.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-83.263.616,62
2.3.7.1.4	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-41.535.516,10
2.3.7.1.4.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-6.069.352,06
2.3.7.1.4.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-35.466.164,04
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	140.942,26
2.3.7.1.5.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	0
2.3.7.1.5.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	140.942,26

O patrimônio líquido acumulado refere-se aos resultados acumulados desde a criação do Município. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, INTER OFSS União, INTER OFSS Estado e INTER OFSS Municípios. No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Não houveram ajustes de exercícios anteriores em 2025.

O patrimônio social refere-se ao saldo da entidade Câmara de Vereadores.

20. Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

O saldo de estoque em almoxarifado refere-se ao controle de medicamentos e materiais hospitalares, autopeças, material de limpeza e material de expediente.

1.1.5	ESTOQUES	377.346,86
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	538.002,00
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	538.002,00
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	139.162,77
1.1.5.6.1.01.00.01	MATERIAL DE CONSUMO	139.162,77
1.1.5.6.1.02	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	4.724,46
1.1.5.6.1.02.00.01	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	4.724,46
1.1.5.6.1.04	AUTOPEÇAS	102.792,84
1.1.5.6.1.04.00.01	AUTOPEÇAS	102.792,84
1.1.5.6.1.05	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	281.601,56
1.1.5.6.1.05.00.01	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	281.601,56
1.1.5.6.1.07	MATERIAL DE EXPEDIENTE	9.720,37
1.1.5.6.1.07.00.01	MATERIAL DE EXPEDIENTE	9.720,37
1.1.5.6.1.07.00.01.01	MATERIAL DE EXPEDIENTE	9.720,37
1.1.5.9	(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	-160.655,14
1.1.5.9.1	(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	-160.655,14
1.1.5.9.1.01	(-) AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES	-160.655,14

O Município controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros, atendendo as exigências das NBCASP.

1.1.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	102.493,26
1.1.9.1	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	102.493,26
1.1.9.1.1	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	102.493,26
1.1.9.1.1.99	VPD Paga Antecipadamente -Outros Prêmios de Seguros a Apropriar	102.493,26

Não houveram outras informações julgadas relevantes para evidenciação.

3.4 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), evidenciam as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. A DVP está acompanhada de notas explicativas, as quais apresenta-se a seguir:

21. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções

Em 2025 não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado.

22. Baixas de itens do ativo imobilizado

Durante o ano de 2025, não foi realizado Leilão.

Durante o ano de 2025, não houve a doação de bens ou recebimento de bens em doação.

Durante o ano de 2025, não houve a transferência de bens entre as Unidades Gestoras do Orçamento.

23. Baixas de investimento
Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2025.

24. Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação
Não houveram reestruturação das atividades no Município, ou reversão de provisões em 2025.

25. Unidades operacionais descontinuadas
Não houve descontinuidade de unidades operacionais em 2025.

26. Constituição ou reversão de provisões
Não houve reversão de provisões em 2025.

3.5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A DFC está acompanhada de notas explicativas, as quais apresenta-se a seguir:

Tipo de Fluxo	2025	2024	Variação
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	7.727.420,20	4.045.886,42	3.681.533,78
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-5.210.973,80	-5.189.786,66	-21.187,14
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			

27.Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, que compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação operacional do Município, obteve resultado de R$ 7.727.420,00, ou seja, variação positiva no montante de R$ 3.681.533,78, em relação a 2024.

28.Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento
O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. A variação foi negativa em R$ 21.187,14, de 2024 para 2025.

29.Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento
Não houveram ingressos e desembolsos classificáveis como Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento em 2025.

Retenções
O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

3.6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido do Município durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

30 Resultados Acumulados

Variações Patrimoniais do Exercício	
Variações Patrimoniais Diminutivas	36.362.460,55
Variações Patrimoniais Aumentativas	45.150.874,80
Total	**8.788.414,25**

Resultado Acumulado	
Patrimônio Líquido Inicial	32.487.323,47
Resultado do Exercício	8.788.414,25
Patrimônio Líquido Final	**41.275.737,72**

31 Efeitos das alterações nas políticas contábeis ou correção de erros

Em 2025, não houveram ajustes de exercícios anteriores, em função de alterações nas políticas contábeis ou correção de erros.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos
O Município não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas
Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pelo Município

4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro
Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações do Município.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro
Em 2025, não foram realizados ajustes de exercícios anteriores no Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

Irineu Ricardo do Carmo
Contador
CRC PR-075170/O-4 T-SC

Alacir Durante
Gestor Municipal